

## **PREGÃO ELETRÔNICO**

Nº 90.026/2025

## **PROCESSO ADMINISTRATIVO**

Nº 000.234/2025

## **CONTRATANTE (UASG)**

**FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E À CULTURA (453714)**

## **OBJETO**

Trata-se de Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios, para atender às demandas do UFMS-Convênio nº 08/2022 - DETRAN-MS-Convênio nº 31.709/2022-“Programa Trânsito entre Educação e Cidadania - Uma Parceria Institucional Detran-UFMS para a Educação da Infância” (Projeto 221), sob a Coordenação da Prof.<sup>a</sup> Ordália Alves de Almeida, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

## **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

**RS 252.937,38**

## **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

**Dia 09/09/2025 às 09:30 (horário de Brasília)**

## **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

**MENOR PREÇO POR LOTE**

## **MODO DE DISPUTA:**

**Aberto e Fechado**

## **EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS**

**Sim, para os Grupos 2, 3 e 4.**

## SUMÁRIO

1.	DO OBJETO.....	3
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
4.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	8
5.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	9
6.	DA FASE DE JULGAMENTO.....	12
7.	DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	14
8.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	19
9.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	19
10.	DOS RECURSOS .....	20
11.	DA POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO .....	21
12.	DA PROTEÇÃO DE DADOS .....	22
13.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	233
14.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO ..	266
15.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	277

## EDITAL

**Pregão Eletrônico nº 90.026/2025**

**Processo Administrativo nº 000.234/2025**

Torna-se público para conhecimento dos interessados que a **FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E A CULTURA – FAPEC**, por meio do Setor de Licitações, sediada na Avenida Eduardo Elias Zahran, nº 529, Vila Glória, CEP: 79.050-000, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### **1. DO OBJETO**

1.1. Trata-se de Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios, para atender às demandas do UFMS-Convênio nº 08/2022 - DETRAN-MS-Convênio nº 31.709/2022-“Programa Trânsito entre Educação e Cidadania - Uma Parceria Institucional Detran-UFMS para a Educação da Infância” (Projeto 221), sob a Coordenação da Prof.<sup>a</sup> Ordália Alves de Almeida, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões, são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

### **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu

Edital | Pregão Eletrônico nº 90.026/2025 | Página | 3 | 28

representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

2.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

Edital | Pregão Eletrônico nº 90.026/2025 | Página | 4 | 28

- 2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.16.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por MENOR PREÇO; e

3.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor do item;

4.1.2. Descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do Termo de Referência.

4.2. Deverá ser apresentada especificação quanto dos módulos a serem abordados, bem como o quantitativo de horas dedicados a cada módulo do curso de aperfeiçoamento.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

4.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

4.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

4.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, frete, encargos trabalhistas, tributários (ICMS, ISSQN e etc.), comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, **inclusive o diferencial de alíquota de ICMS (TVF, DIFAL)**.

4.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.8. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.10. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.11. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.11.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.11.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

4.12. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Considerando que foi adotado, para o envio de lances no pregão eletrônico, o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.18.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.18.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.18.2.2. Empresas brasileiras;

5.18.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.18.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.19. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido no Termo de Referência.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

Edital | Pregão Eletrônico nº 90.026/2025 | Página | 12 | 28

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

6.5. Verificadas as condições de participação e de eventual utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto da atividade econômica desenvolvida e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. Contiver vícios insanáveis;

6.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no item 6.7. e no Termo de Referência;

6.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela FAPEEC;

6.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.9.1. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do Coordenador do Projeto ou do próprio Concedente, na busca pela *expertise* da área especializada no objeto.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.1.2. A empresa participante deverá demonstrar que suas atividades econômicas estão de acordo com a natureza do objeto social, conforme registrado em seu contrato social ou estatuto, devidamente atualizado na Junta Comercial, devendo, também, ser compatível com o objeto deste certame.

Edital | Pregão Eletrônico nº 90.026/2025 | Página | 14 | 28

7.2. Comprovação de aptidão para prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7.2.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

7.2.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

7.2.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou, em caso de prestação plurianual em execução, se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior

7.2.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

7.3. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

7.3.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

7.3.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

7.3.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

7.3.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

7.3.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

7.3.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais

ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

7.3.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

7.4. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.5. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.6. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.6.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 15% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada, inclusive por meio eletrônico.

7.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.9. Com exceção dos atestados de capacidade técnica, se for o caso, os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ter prazo de validade expresso ou estabelecido em Lei e, em caso de omissão, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias, a partir da emissão.

7.10. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.11. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.12. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.13. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.13.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

7.14.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.15. A participação poderá ser exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.15.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.16. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.16.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.16.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta

com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.17. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.17.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.17.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.18.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.18.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.22. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.23. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

8.3. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

8.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

8.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

8.7. Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **9. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

9.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

9.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

9.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

9.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

9.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

9.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

9.3. A habilitação dos licitantes que comporão o **CADASTRO DE RESERVA** será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

9.3.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

9.3.2 Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

9.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

9.4.1 Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

9.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **10. DOS RECURSOS**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

10.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

## **11. DA POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO**

11.1. A contratada se obriga, sob as penas previstas no contrato e na legislação aplicável, a observar e cumprir rigorosamente todas as leis cabíveis, incluindo, mas não se limitando à legislação brasileira anticorrupção, a legislação brasileira contra a lavagem de dinheiro, assim como as normas e exigências constantes das políticas internas da contratante.

11.2. A contratada declara e garante que não está envolvido ou irá se envolver, direta ou indiretamente, durante o cumprimento das obrigações previstas neste contrato, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das leis anticorrupção.

11.3. A contratada declara e garante que não se encontra (i) sob investigação em virtude de denúncias de suborno e/ou corrupção; (ii) no curso de um processo judicial e/ou administrativo ou foi condenada ou indiciada sob a acusação de corrupção ou suborno; (iii) suspeita de práticas de terrorismo e/ou lavagem de

Edital | Pregão Eletrônico nº 90.026/2025 | Página | 21 | 28

dinheiro por qualquer entidade governamental; e (iv) sujeita a restrições ou sanções econômicas e de negócios por qualquer entidade governamental.

11.4. A contratada declara que não ofereceu, prometeu, pagou ou autorizou o pagamento em dinheiro, deu ou concordou em dar presentes ou qualquer objeto de valor e, durante a vigência do contrato, não irá ofertar, prometer, pagar ou autorizar o pagamento em dinheiro, dar ou concordar em dar presentes ou qualquer objeto de valor a qualquer pessoa ou entidade, pública ou privada, com o objetivo de beneficiar ilicitamente a contratante e/ou seus negócios.

11.5. A contratada declara que, direta ou indiretamente, não irá receber, transferir, manter, usar ou esconder recursos que decorram de qualquer atividade ilícita, bem como não irá contratar como empregado ou de alguma forma manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas envolvidas em atividades criminosas, em especial pessoas investigadas pelos delitos previstos nas leis anticorrupção, de lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e terrorismo.

11.6. A contratada se obriga a notificar prontamente, por escrito, à contratante a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas leis anticorrupção, e ainda de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista nesta cláusula.

11.7. O não cumprimento pela contratada das leis anticorrupção e/ou do disposto nesta cláusula será considerado uma infração grave ao contrato e conferirá à contratante o direito de, agindo de boa-fé, declarar rescindido imediatamente o contrato, sem qualquer ônus ou penalidade, sendo a contratada responsável por eventuais perdas e danos.

## **12. DA PROTEÇÃO DE DADOS**

12.1. O Licitante vencedor obriga-se a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta.

12.2. No manuseio dos dados o Licitante vencedor deverá:

12.2.1. Tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções da CONTRATANTE e em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à CONTRATANTE e, que terá o direito de rescindir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargo;

Edital | Pregão Eletrônico nº 90.026/2025 | Página | 22 | 28

12.2.2. Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida;

12.2.3. Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da contratante;

12.2.4. Garantir, por si próprio, a confidencialidade dos dados que tiver acesso em decorrência deste contrato, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, com exceção da prestação de serviços à contratante.

12.3. Os dados pessoais que tiver acesso não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.

12.3.1. Caso a Licitante vencedora seja obrigado por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente a CONTRATANTE para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

12.4. A Licitante vencedora deverá notificar a CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

12.4.1. Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela CONTRATADA, seus funcionários, ou terceiros autorizados;

12.4.2. Qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da CONTRATADA.

10.5. A Licitante vencedora será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à contratante e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pelo contratado de qualquer dos itens previstos nesta cláusula quanto à proteção e uso dos dados pessoais.

### **13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANCÕES**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

Edital | Pregão Eletrônico nº 90.026/2025 | Página | 23 | 28

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.5. Fraudar a licitação;

13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

13.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a FAPEC poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. Advertência;

13.2.2. Multa;

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2. As peculiaridades do caso concreto

13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6 e 13.1.7, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata

perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### **14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por intermédio do seguinte endereço eletrônico: [licitacao@fapec.org](mailto:licitacao@fapec.org)

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a abertura pública observarão o horário de Brasília – DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a FAPEC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na FAPEC.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e podem ser obtidos por meio do endereço eletrônico [licitacao@fapec.org](mailto:licitacao@fapec.org) ou ainda, no endereço da FAPEC, sediada à Avenida Eduardo Elias Zahran, nº 529, Vila Glória, Campo Grande/MS.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, todos os documentos publicados neste procedimento, declarando todos os participantes sua ciência, compreensão e cumprimento.

- 15.11.1. ANEXO I – Termo de Referência;
- 15.11.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços;
- 15.11.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato.

Campo Grande/MS, 14 de agosto de 2025.



**FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E À CULTURA – FAPEC**  
**Carlos Henrique Rabello**  
*Diretor Administrativo e Financeiro*

Edital Elaborado por:  
**LUANNA DE SÁ ARAÚJO**  
Analista da Fase Preparatória

## 1. Edital PE 26.25.pdf

Documento número #bfe46140-ea35-4ab7-a090-df163d88a388

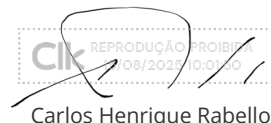
Hash do documento original (SHA256): e68f6e8ae8f383845530b080d79daa7b931e0c049cef197b039f38f55644d44f

## Assinaturas

### ✓ Carlos Henrique Rabello

CPF: 860.144.047-91

Assinou em 15 ago 2025 às 10:02:18



REPRODUÇÃO PROIBIDA  
15/08/2025 10:02:18  
Carlos Henrique Rabello

### ✓ Wania Alves Gobbi

CPF: 130.884.258-97

Assinou como vistoriador em 14 ago 2025 às 17:59:16

## Log

- 14 ago 2025, 14:25:15 Operador com email arianeassis@fapec.org na Conta 98b4773c-bdae-4381-9d0a-9f2abe5c74e5 criou este documento número bfe46140-ea35-4ab7-a090-df163d88a388. Data limite para assinatura do documento: 13 de setembro de 2025 (14:25). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 14 ago 2025, 14:27:38 Operador com email arianeassis@fapec.org na Conta 98b4773c-bdae-4381-9d0a-9f2abe5c74e5 alterou o processo de assinatura. Data limite para assinatura do documento: 13 de setembro de 2025 (12:25).
- 14 ago 2025, 14:27:38 Operador com email arianeassis@fapec.org na Conta 98b4773c-bdae-4381-9d0a-9f2abe5c74e5 adicionou à Lista de Assinatura: wania.gobbi@fapec.org para assinar como vistoriador, via E-mail.  
Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP.
- 14 ago 2025, 14:27:38 Operador com email arianeassis@fapec.org na Conta 98b4773c-bdae-4381-9d0a-9f2abe5c74e5 adicionou à Lista de Assinatura: c.rabello@fapec.org para assinar, via E-mail.  
Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita.
- 14 ago 2025, 17:59:16 Wania Alves Gobbi assinou como vistoriador. Pontos de autenticação: Token via E-mail wania.gobbi@fapec.org. CPF informado: 130.884.258-97. IP: 187.23.192.22. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -20.4353728 e longitude -54.6204737. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.1281.1 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

- 
- 15 ago 2025, 10:02:18 Carlos Henrique Rabello assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail c.rabello@fapec.org. CPF informado: 860.144.047-91. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 383528(...), vide anexo manuscript\_27 fev 2025, 09-54-21.png. IP: 206.0.136.34. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -20.4752224 e longitude -54.6136188. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.1282.2 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 15 ago 2025, 10:03:35 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número bfe46140-ea35-4ab7-a090-df163d88a388.
- 



**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº bfe46140-ea35-4ab7-a090-df163d88a388, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em [www.clicksign.com](http://www.clicksign.com).


## Anexos

### Carlos Henrique Rabello

Assinou o documento em 15 ago 2025 às 10:02:18

#### ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 383528(...)

A handwritten signature in black ink is written over a rectangular digital stamp. The stamp has a dashed border and contains the text 'Cik REPRODUÇÃO PROIBIDA' and the date and time '15/08/2025 10:01:50'. The signature is a cursive-style name.

Carlos Henrique Rabello  
manuscript\_27 fev 2025, 09-54-21.png

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

1.1. Trata-se de Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios, para atender às demandas do *Projeto 221-UFMS-Convênio nº 08/2022 - DETRAN-MS-Convênio nº 31.709/2022-“Programa Trânsito entre Educação e Cidadania - Uma Parceria Institucional Detran-UFMS para a Educação da Infância”*, sob a Coordenação da Prof.<sup>a</sup> Ordália Alves de Almeida, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Especificação detalhada do objeto:

1.2.1. Lote 1 – Pedido de Compra nº 21140/2025 – Projeto 221

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	<b>ARROZ AGULHINHA</b> <b>Descrição:</b> Arroz agulhinha tipo 1, embalagem de 5kg, subgrupo polido, classe longo fino, grãos nobres. Similar ou superior à marca Tio Lautério.	150	UNID	R\$ 30,27	R\$ 4.540,50
2	<b>FEIJÃO CARIOCA</b> <b>Descrição:</b> Feijão carioca tipo 1, grupo 1, feijão comum, classe cores, rico em proteínas e fibras, grãos selecionados, ausência de matéria terrosa, manchas escuras e materiais estranhos, embalagem de 1kg. Similar ou superior à marca Paquito.	180	UNID	R\$ 10,51	R\$ 1.891,80
3	<b>AÇÚCAR CRISTAL</b> <b>Descrição:</b> Açúcar cristal, embalagem de 2kg. Similar ou superior à marca Sonora.	200	UNID	R\$ 10,05	R\$ 2.010,00
4	<b>ÓLEO DE SOJA</b>	200	UNID	R\$ 9,72	R\$ 1.944,00

	<b>Descrição:</b> Óleo de soja tipo 1, filtrado 5 vezes, embalagem de 900ml. Similar ou superior à marca Soya.				
<b>5</b>	<b>SAL</b> <b>Descrição:</b> Sal refinado, embalagem de 1kg. Similar ou superior à marca Lebre.	60	UNID	R\$ 4,53	R\$ 271,80
<b>6</b>	<b>COLORAU</b> <b>Descrição:</b> Colorau, embalagem de 500g. Similar ou superior à marca Donana.	25	UNID	R\$ 11,93	R\$ 298,25
<b>7</b>	<b>AÇAFRÃO</b> <b>Descrição:</b> Açafraão, embalagem de 200g. Similar ou superior à marca Kelli.	50	UNID	R\$ 9,01	R\$ 450,50
<b>8</b>	<b>ORÉGANO</b> <b>Descrição:</b> Orégano, embalagem de 500g. Similar ou superior à marca Kodilar.	2	UNID	R\$ 14,37	R\$ 28,74
<b>9</b>	<b>TEMPERO CHIMICHURRI SEM PIMENTA</b> <b>Descrição:</b> Tempero chimichurri sem pimenta, embalagem de 500g. Similar ou superior à marca Shambala.	35	UNID	R\$ 18,30	R\$ 640,50
<b>10</b>	<b>FARINHA DE TRIGO</b> <b>Descrição:</b> Farinha de trigo tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico, embalagem de 1kg. Similar ou superior à marca Sol.	250	UNID	R\$ 6,16	R\$ 1.540,00
<b>11</b>	<b>FERMENTO BIOLÓGICO SECO PARA PÃO</b> <b>Descrição:</b> Fermento biológico seco instantâneo para pães e pizzas, embalagem de 120g. Similar ou superior à marca Fleischmann.	30	UNID	R\$ 11,73	R\$ 351,90
<b>12</b>	<b>FERMENTO QUÍMICO PARA BOLO</b>	60	UNID	R\$ 8,12	R\$ 487,20

	<b>Descrição:</b> Fermento biológico para bolo, embalagem de 250g. Similar ou superior à marca Royal.				
<b>13</b>	<b>FUBÁ</b> <b>Descrição:</b> Fubá mimoso enriquecido com ferro e ácido fólico, 100% vegetal, embalagem de 1kg. Similar ou superior à marca Yoki.	50	UNID	R\$ 7,62	R\$ 381,00
<b>14</b>	<b>POLVILHO AZEDO</b> <b>Descrição:</b> Polvilho azedo tipo 1, embalagem de 1kg. Similar ou superior à marca Donana.	50	UNID	R\$ 14,00	R\$ 700,00
<b>15</b>	<b>POLVILHO DOCE</b> <b>Descrição:</b> Polvilho doce tipo 1, embalagem de 1kg. Similar ou superior à marca Donana.	80	UNID	R\$ 11,67	R\$ 933,60
<b>16</b>	<b>MACARRÃO PARAFUSO</b> <b>Descrição:</b> Pacote de macarrão parafuso, de sêmola com ovos, embalagem de 500g. Similar ou superior à marca Dona Benta.	80	PCT	R\$ 5,41	R\$ 432,80
<b>17</b>	<b>MACARRÃO ESPAGUETE</b> <b>Descrição:</b> Pacote de macarrão espaguete, com sêmola e ovos, embalagem de 500g. Similar ou superior à marca Dona Benta.	80	PCT	R\$ 5,40	R\$ 432,00
<b>18</b>	<b>MACARRÃO AVE MARIA</b> <b>Descrição:</b> Pacote de macarrão ave maria, com sêmola e ovos, embalagem de 500g. Similar ou superior à marca Dona Benta.	5	UNID	R\$ 5,39	R\$ 26,95
<b>19</b>	<b>MACARRÃO CONCHINHA</b> <b>Descrição:</b> Pacote de macarrão conchinha, com sêmola e ovos, embalagem de 500g. Similar ou superior à marca Dona Benta.	5	UNID	R\$ 5,44	R\$ 27,20

20	<p align="center"><b>CREME DE LEITE</b></p> <p><b>Descrição:</b> Embalagem de 200g, creme de leite leve UHT homogeneizado, 17% de gordura. Similar ou superior à marca Piracanjuba.</p>	300	UNID	R\$ 5,62	R\$ 1.686,00
21	<p align="center"><b>LEITE CONDENSADO</b></p> <p><b>Descrição:</b> Leite condensado integral em lata, embalagem de 395g. Similar ou superior à marca Leite Moça Nestlé. (Não podendo conter mistura láctea condensada de leite e soro de leite).</p>	300	UNID	R\$ 9,91	R\$ 2.973,00
22	<p align="center"><b>CACAU 70% EM PÓ</b></p> <p><b>Descrição:</b> Cacau 70% em pó fino e homogêneo, solúvel, embalagem de 200g. Similar ou superior à marca Do Padre.</p>	100	UNID	R\$ 17,83	R\$ 1.783,00
23	<p align="center"><b>GRANULADO DE CHOCOLATE</b></p> <p><b>Descrição:</b> Granulado de chocolate, para cobertura, embalagem de 500g. Similar ou superior à marca Dori.</p>	20	UNID	R\$ 28,78	R\$ 575,60
24	<p align="center"><b>GRANULADO COLORIDO</b></p> <p><b>Descrição:</b> Granulado colorido, para cobertura, embalagem de 1kg. Similar ou superior à marca Dori.</p>	10	UNID	R\$ 22,55	R\$ 225,50
25	<p align="center"><b>CAFÉ EXTRAFORTE</b></p> <p><b>Descrição:</b> Café extraforte torrado e moído, premium com grãos selecionados, embalagem de 500g. Similar ou superior à marca Três Corações.</p>	350	UNID	R\$ 28,72	R\$ 10.052,00
26	<p align="center"><b>LEITE 0% LACTOSE</b></p> <p><b>Descrição:</b> Leite UHT semidesnatado para dietas com restrições de lactose,</p>	500	UNID	R\$ 8,10	R\$ 4.050,00

	embalagem de 1 litro. Similar ou superior à marca Piracanjuba.				
27	<b>FAROFA TRADICIONAL</b> <b>Descrição:</b> Farofa pronta tradicional, farinha de mandioca temperada, sem pimenta, embalagem de 500g. Similar ou superior à marca Yoki.	30	UNID	R\$ 10,59	R\$ 317,70
28	<b>AMIDO DE MILHO</b> <b>Descrição:</b> Amido de milho, embalagem de 500g. Similar ou superior à marca Maizena.	70	UNID	R\$ 13,18	R\$ 922,60
29	<b>MILHO VERDE</b> <b>Descrição:</b> Lata de milho verde, em conserva, grãos de milho verde ao natural, embalagem de 3,1kg. Similar ou superior à marca Quero.	24	LATA	R\$ 28,15	R\$ 675,60
30	<b>SHOYO</b> <b>Descrição:</b> Shoyo tradicional, fermentação 100% natural, molho de soja, salsa de soja, embalagem de 1 litro. Similar ou superior à marca Sakura.	6	UNID	R\$ 8,27	R\$ 49,62
31	<b>AZEITE DE OLIVA</b> <b>Descrição:</b> Azeite de oliva extra virgem, embalagem de 500ml. Similar ou superior à marca Gallo.	120	UNID	R\$ 58,58	R\$ 7.029,60
32	<b>CHÁ MATTE</b> <b>Descrição:</b> Chá matte a granel, embalagem de 250g. Similar ou superior à marca Matte Leão.	200	UNID	R\$ 12,84	R\$ 2.568,00
33	<b>GELATINA DE UVA</b>	60	UNID	R\$ 3,70	R\$ 222,00

	<b>Descrição:</b> Gelatina de uva em pó, embalagem de 20g. Similar ou superior à marca Dr Oetker.				
<b>34</b>	<b>GELATINA DE MORANGO</b> <b>Descrição:</b> Gelatina de morango em pó, embalagem de 20g. Similar ou superior à marca Dr Oetker.	60	UNID	R\$ 3,78	R\$ 226,80
<b>35</b>	<b>GELATINA DE CEREJA</b> <b>Descrição:</b> Gelatina de cereja em pó, embalagem de 20g. Similar ou superior à marca Dr Oetker.	60	UNID	R\$ 3,39	R\$ 203,40
<b>36</b>	<b>GELATINA DE FRAMBOESA</b> <b>Descrição:</b> Gelatina de framboesa em pó, embalagem de 20g. Similar ou superior à marca Dr Oetker.	60	UNID	R\$ 2,66	R\$ 159,60
<b>37</b>	<b>PÃO DE FORMA</b> <b>Descrição:</b> Pão de forma tradicional com casca, de fermentação natural, embalagem de 400g. Similar ou superior à marca Pullman.	200	PCT	R\$ 11,80	R\$ 2.360,00
<b>38</b>	<b>EXTRATO DE TOMATE</b> <b>Descrição:</b> Extrato de tomate em lata, produto obtido a partir da polpa concentrada de tomate maduro, embalagem de 4kg. Similar ou superior à marca Bonare.	24	LATA	R\$ 32,51	R\$ 780,24
<b>39</b>	<b>ERVA DOCE</b> <b>Descrição:</b> Erva doce, embalagem de 100g. Similar ou superior à marca Kodilar.	100	PCT	R\$ 10,59	R\$ 1.059,00
<b>40</b>	<b>GOIABADA</b>	50	UNID	R\$ 9,94	R\$ 497,00

	<b>Descrição:</b> Goiabada, embalagem de 500g. Similar ou superior à marca Predilecta.				
<b>41</b>	<b>LEITE DE COCO</b> <b>Descrição:</b> Leite vegetal de coco, livre de lactose e glúten, embalagem de 1 litro, obtido a partir da trituração e prensagem das amêndoas ou polpa albuminosa do coco madura, não devendo ser confundido com água de coco. Similar ou superior à marca Sococo.	60	UNID	R\$ 13,50	R\$ 810,00
<b>42</b>	<b>COCO RALADO</b> <b>Descrição:</b> Coco ralado desidratado, em flocos integral, embalagem de 1kg. Similar ou superior à marca Sococo.	15	PCT	R\$ 34,28	R\$ 514,20
<b>43</b>	<b>BOLACHA DE ÁGUA E SAL</b> <b>Descrição:</b> Bolacha de água e sal tradicional, embalagem de 400g. Similar ou superior à marca Vitarella.	80	PCT	R\$ 7,61	R\$ 608,80
<b>44</b>	<b>BOLACHA DE MAISENA</b> <b>Descrição:</b> Bolacha de maisena, embalagem de 400g. Similar ou superior à marca Vitarella.	120	PCT	R\$ 7,03	R\$ 843,60
<b>45</b>	<b>POLENTINHA</b> <b>Descrição:</b> Polentina, flocos de milho pré-cozido, enriquecidos com ferro e ácido fólico, embalagem de 500g. Similar ou superior à marca Quaker.	70	UNID	R\$ 8,48	R\$ 593,60
<b>46</b>	<b>DOCE DE LEITE</b> <b>Descrição:</b> Doce de leite tradicional, embalagem de 900g. Similar ou superior à marca Itambé.	12	UNID	R\$ 29,68	R\$ 356,16

47	<b>GOTAS DE CHOCOLATE</b> <b>Descrição:</b> Gotas de chocolate ao leite, produto forneável embalagem de 1,01kg. Similar ou superior à marca Harald.	60	PCT	R\$ 41,60	R\$ 2.496,00
48	<b>CHOCOBOLL</b> <b>Descrição:</b> Chocoboll, cereal com cobertura sabor chocolate e chocolate branco, embalagem de 500g. Similar ou superior à marca Mavalério.	36	PCT	R\$ 38,37	R\$ 1.381,32
49	<b>BATATA PALHA</b> <b>Descrição:</b> Batata palha fina, cortada muito fina, em filetes, de aproximadamente 3 cm de comprimento, fritos por imersão, seja em óleo ou em gordura hidrogenada de origem vegetal, embalagem de 1kg. Similar ou superior à marca Amavita.	27	PCT	R\$ 25,52	R\$ 689,04
50	<b>SUCO EM PÓ DE MORANGO</b> <b>Descrição:</b> Suco em pó de morango, embalagem de 25g. Similar ou superior à marca Tang.	120	UNID	R\$ 1,40	R\$ 168,00
51	<b>CHÁ DE CAPIM CIDREIRA</b> <b>Descrição:</b> Chá de capim cidreira em fusão, embalagem de 15g. Similar ou superior à marca Chá Leão.	210	UNID	R\$ 5,08	R\$ 1.066,80
52	<b>CREME DE CEBOLA</b> <b>Descrição:</b> Creme de cebola em pó 50% menos sódio, embalagem de 65g. Similar ou superior à marca Kitano.	60	PCT	R\$ 9,26	R\$ 555,60
53	<b>ESSÊNCIA DE BAUNILHA</b> <b>Descrição:</b> Essência de baunilha, para sobremesas, bolos e tortas, aroma artificial	15	UNID	R\$ 11,48	R\$ 172,20

	de baunilha, embalagem de 30ml. Similar ou superior à marca Dr Oetker.				
<b>54</b>	<b>CANELA EM PÓ</b> <b>Descrição:</b> Canela em pó, embalagem de 50g. Similar ou superior à marca Kitano.	10	PCT	R\$ 7,18	R\$ 71,80
<b>55</b>	<b>SAL GROSSO</b> <b>Descrição:</b> Sal grosso, embalagem de 1kg. Similar ou superior à marca Lebre.	10	PCT	R\$ 5,15	R\$ 51,50
<b>56</b>	<b>LEITE EM PÓ</b> <b>Descrição:</b> Leite em pó integral, lata, embalagem de 380g. Similar ou superior à marca Ninho.	60	UNID	R\$ 30,45	R\$ 1.827,00
<b>57</b>	<b>FARINHA DE ROSCA</b> <b>Descrição:</b> Farinha de rosca, 100% vegetal, embalagem de 500g. Similar ou superior à marca Yoki.	20	PCT	R\$ 10,97	R\$ 219,40
<b>58</b>	<b>CHÁ DE CAMOMILA</b> <b>Descrição:</b> Chá de camomila em fusão, embalagem de 15g. Similar ou superior à marca Chá Leão.	210	UNID	R\$ 5,18	R\$ 1.087,80
<b>59</b>	<b>FEIJÃO PRETO</b> <b>Descrição:</b> Feijão preto tipo 1, grupo 1, feijão comum, classe preto, rico em fibras e proteínas, embalagem de 1kg. Similar ou superior à marca Paquito.	60	PCT	R\$ 10,01	R\$ 600,60
<b>60</b>	<b>CEREAL MATINAL DE MILHO</b> <b>Descrição:</b> Cereal matinal de milho, sem açúcar, embalagem de 240g. Similar ou superior à marca Nestlé.	150	UNID	R\$ 14,05	R\$ 2.107,50
<b>61</b>	<b>TAPIOCA</b> <b>Descrição:</b> Farinha para tapioca, fécula extraída da mandioca, massa fresca para	6	PCT	R\$ 10,61	R\$ 63,66

	tapioca, 100% natural, embalagem de 1kg. Similar ou superior à marca Beijubom.				
<b>62</b>	<b>BISNAGUINHA</b> <b>Descrição:</b> Pão bisnaguinha tradicional, fermentação natural, muito leve e macio, embalagem de 300g. Similar ou superior à marca Pullman.	120	PCT	R\$ 11,04	R\$ 1.324,80
<b>63</b>	<b>FARINHA DE KIBE</b> <b>Descrição:</b> Trigo para kibe, embalagem de 500g. Similar ou superior à marca Yoki.	10	PCT	R\$ 7,98	R\$ 79,80
<b>64</b>	<b>QUEIJO PARMESÃO</b> <b>Descrição:</b> Queijo parmesão, embalagem de 100g. Similar ou superior à marca Vigor.	240	PCT	R\$ 8,32	R\$ 1.996,80
<b>65</b>	<b>AÇÚCAR DE CONFEITEIRO</b> <b>Descrição:</b> Açúcar de confeitiro moído até alcançar grânulos extremamente finos, embalagem de 500g. Similar ou superior à marca União.	10	PCT	R\$ 10,76	R\$ 107,60
<b>66</b>	<b>UVA PASSA</b> <b>Descrição:</b> Uva passa escura sem semente, embalagem de 100g. Similar ou superior à marca La Violeteira.	50	PCT	R\$ 6,69	R\$ 334,50
<b>67</b>	<b>ERVILHA</b> <b>Descrição:</b> Ervilha enlatada em conserva, grãos selecionados e inteiros, embalagem de 280g. Similar ou superior à marca Bonare.	50	LATA	R\$ 5,64	R\$ 282,00
<b>68</b>	<b>AZEITONA</b> <b>Descrição:</b> Azeitonas verdes fatiadas, sem caroço, embalagem de 170g. Similar ou superior à marca La Violetera.	100	PCT	R\$ 6,97	R\$ 697,00

69	<p><b>MOLHO DE PIZZA</b></p> <p><b>Descrição:</b> Molho de tomate para pizza, sem adição de açúcares, leve em calorias, embalagem de 1,7kg. Similar ou superior à marca Bonare.</p>	15	PCT	R\$ 17,66	R\$ 264,90
70	<p><b>CONFETE</b></p> <p><b>Descrição:</b> Pastilhas de chocolate confeitadas, disqueti de chocolate ao leite, embalagem de 1kg. Similar ou superior à marca Dori.</p>	30	UNID	R\$ 61,98	R\$ 1.859,40
71	<p><b>BARRA DE CHOCOLATE BRANCO</b></p> <p><b>Descrição:</b> Barra de chocolate branca confeitado para cobertura fracionada, não necessita temperagem, embalagem de 1kg. Similar ou superior à marca Harald.</p>	5	KG	R\$ 49,36	R\$ 246,80
72	<p><b>BARRA DE CHOCOLATE PRETO</b></p> <p><b>Descrição:</b> Barra de chocolate preto meio amargo confeitado para cobertura fracionada, não necessita temperagem, embalagem de 1kg. Similar ou superior à marca Harald.</p>	5	KG	R\$ 56,23	R\$ 281,15
73	<p><b>PASTA AMERICANA</b></p> <p><b>Descrição:</b> Pasta americana chocolate branco extra macio, pasta de açúcar para decoração de bolos, embalagem de 800g. Similar ou superior à marca Arcolor.</p>	5	UNID	R\$ 23,98	R\$ 119,90
74	<p><b>LIGA NEUTRA</b></p> <p><b>Descrição:</b> Liga neutra para sorvete, estabilizante em pó para gelado comestíveis, com elevado poder de estabilização, inibe a formação de cristais de gelo, retarda o derretimento e</p>	8	PCT	R\$ 35,69	R\$ 285,52

	proporciona maciez aos sorvetes e picolés, embalagem de 1kg. Similar ou superior à marca Selecta.				
75	<b>SUCO DE SAQUINHO DE LIMÃO</b> <b>Descrição:</b> Suco em pó de limão, embalagem de 25g. Similar ou superior à marca Tang.	50	UNID	R\$ 1,71	R\$ 85,50
76	<b>SUCO DE SAQUINHO DE UVA</b> <b>Descrição:</b> Suco em pó de uva, embalagem de 25g. Similar ou superior à marca Tang.	50	UNID	R\$ 1,72	R\$ 86,00
77	<b>SUCO DE SAQUINHO DE MARACUJÁ</b> <b>Descrição:</b> Suco em pó de maracujá, embalagem de 25g. Similar ou superior à marca Tang.	50	UNID	R\$ 1,89	R\$ 94,50
78	<b>CANJICA BRANCA</b> <b>Descrição:</b> Milho de canjica branca, grupo canjica misturada, subgrupo despeliculada, classe branca, tipo 1, embalagem de 500g. Similar ou superior à marca Yoki.	40	PCT	R\$ 8,55	R\$ 342,00
79	<b>AMENDOIM</b> <b>Descrição:</b> Amendoim cru, descascado, sem pele, sem sal, embalagem de 500g. Similar ou superior à marca Dacolonia.	10	PCT	R\$ 10,66	R\$ 106,60
80	<b>PALMITO</b> <b>Descrição:</b> Palmito de pupunha picado em conserva, embalagem de 500g. Similar ou superior à marca Rigomel.	40	FRASCO	R\$ 26,94	R\$ 1.077,60
81	<b>FRUTAS CRISTALIZADAS</b>	20	PCT	R\$ 15,61	R\$ 312,20

	<b>Descrição:</b> Frutas cristalizadas em cubos, embalagem de 150g. Similar ou superior à marca La Violeteira.				
<b>82</b>	<b>FARINHA DE CUSCUZ</b> <b>Descrição:</b> Farinha de milho para cuscuz, flocos de milho pré-cozidos enriquecidos com ferro e ácido fólico, embalagem de 400g. Similar ou superior à marca Donana.	20	PCT	R\$ 8,15	R\$ 163,00
<b>83</b>	<b>MILHO DE PIPOCA</b> <b>Descrição:</b> Milho para pipoca, grãos selecionados, tipo 1, embalagem de 500g. Similar ou superior à marca Yoki.	30	PCT	R\$ 5,75	R\$ 172,50
<b>84</b>	<b>CATCHUP</b> <b>Descrição:</b> Molho de catchup tradicional, embalagem de 1kg. Similar ou superior à marca Hemmer.	30	UNID	R\$ 19,80	R\$ 594,00
<b>85</b>	<b>MAIONESE</b> <b>Descrição:</b> Maionese tradicional, sem corantes e aromas artificiais, embalagem de 700g. Similar ou superior à marca Hellmanns.	30	UNID	R\$ 15,83	R\$ 474,90
<b>86</b>	<b>MOSTARDA AMARELA</b> <b>Descrição:</b> Molho de mostarda amarela, tipo americana, embalagem de 1kg. Similar ou superior à marca Hemmer.	30	UNID	R\$ 17,02	R\$ 510,60
<b>87</b>	<b>MEL DE ABELHA</b> <b>Descrição:</b> Mel de abelha puro, silvestre, em bisnaga, embalagem de 1 litro. Similar ou superior à marca Vovô Pedro.	10	UNID	R\$ 43,22	R\$ 432,20
<b>88</b>	<b>VINAGRE DE MAÇÃ</b>	30	UNID	R\$ 10,51	R\$ 315,30

	<b>Descrição:</b> Vinagre de maçã, natural, embalagem de 750ml. Similar ou superior à marca Castelo.				
<b>89</b>	<b>AÇÚCAR REFINADO</b> <b>Descrição:</b> Açúcar refinado, embalagem de 1kg. Similar ou superior à marca União.	20	UNID	R\$ 8,13	R\$ 162,60
<b>90</b>	<b>CREME DE LEITE 0% LACTOSE</b> <b>Descrição:</b> Creme de leite leve UHT homogeneizado zero lactose, 17% de gordura, embalagem de 200g. Similar ou superior à marca Piracanjuba.	81	UNID	R\$ 7,18	R\$ 581,58
<b>91</b>	<b>LEITE CONDENSADO 0% LACTOSE</b> <b>Descrição:</b> Leite condensado zero lactose integral em lata, embalagem de 395g. Similar ou superior à marca Leite Moça Nestlé. (Não podendo conter mistura láctea condensada de leite e soro de leite).	81	UNID	R\$ 7,82	R\$ 633,42
<b>TOTAL: R\$ 86.114,25</b>					

#### 1.2.2. Lote 2 – Pedido de Compra nº 21122/2025 – Projeto 221

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
<b>92</b>	<b>OVOS</b> <b>Descrição:</b> Ovos brancos grandes, cartelas com 30 unidades cada. Apresentação: fresco, ausência de rachaduras e sujidades. Similar ou superior à marca Camva.	170	CARTELA	R\$ 25,21	R\$ 4.285,70
<b>93</b>	<b>BATATA LAVADA</b> <b>Descrição:</b> Batata lavada/monalisa.	250	KG	R\$ 6,22	R\$ 1.555,00
<b>94</b>	<b>MANDIOCA AMARELA</b> <b>Descrição:</b> Mandioca amarela descascada.	100	KG	R\$ 9,99	R\$ 999,00

95	<b>CENOURA LARANJA</b> Descrição: Cenoura laranja in natura.	60	KG	R\$ 5,41	R\$ 324,60
96	<b>CHUCHU</b> Descrição: Chuchu verde in natura.	30	KG	R\$ 6,72	R\$ 201,60
97	<b>TOMATE SALADA</b> Descrição: Tomate saladado in natura.	270	KG	R\$ 9,11	R\$ 2.459,70
98	<b>CEBOLA AMARELA</b> Descrição: Cebola amarela in natura.	100	KG	R\$ 4,64	R\$ 464,00
99	<b>ALHO BRANCO</b> Descrição: Alho branco in natura.	50	KG	R\$ 36,42	R\$ 1.821,00
100	<b>BETERRABA</b> Descrição: Beterraba in natura.	50	KG	R\$ 5,14	R\$ 257,00
101	<b>COUVE FLOR</b> Descrição: Couve flor in natura.	60	UNID	R\$ 12,30	R\$ 738,00
102	<b>BRÓCOLIS NINJA</b> Descrição: Brócolis ninja in natura.	60	UNID	R\$ 9,29	R\$ 557,40
103	<b>CHEIRO VERDE</b> Descrição: Cheiro verde in natura.	150	MAÇO	R\$ 4,17	R\$ 625,50
104	<b>ABOBRINHA VERDE</b> Descrição: Abobrinha verde in natura.	50	KG	R\$ 10,18	R\$ 509,00
105	<b>REPOLHO VERDE MÉDIO</b> Descrição: Repolho verde médio in natura.	60	UNID	R\$ 5,05	R\$ 303,00
106	<b>ACELGA LOURA</b> Descrição: Acelga loura in natura.	60	UNID	R\$ 8,53	R\$ 511,80
107	<b>BATATA DOCE</b> Descrição: Batata doce in natura.	50	KG	R\$ 4,95	R\$ 247,50
108	<b>COUVE MANTEIGA</b> Descrição: Couve manteiga in natura.	80	MAÇO	R\$ 4,01	R\$ 320,80
109	<b>ALFACE CRESPA</b> Descrição: Alface crespa in natura.	150	UNID	R\$ 4,09	R\$ 613,50
110	<b>BERINJELA</b>	30	KG	R\$ 6,49	R\$ 194,70

	<b>Descrição:</b> Berinjela in natura.				
111	<b>ESPIGA DE MILHO</b> <b>Descrição:</b> Espiga de milho, bandeja.	120	KG	R\$ 8,78	R\$ 1.053,60
112	<b>QUIABO</b> <b>Descrição:</b> Quiabo in natura.	30	KG	R\$ 24,49	R\$ 734,70
113	<b>MAXIXE CAIPIRA</b> <b>Descrição:</b> Maxixe caipira in natura.	30	KG	R\$ 20,67	R\$ 620,10
114	<b>GENGIBRE</b> <b>Descrição:</b> Gengibre raiz in natura.	10	KG	R\$ 20,63	R\$ 206,30
115	<b>HORTELÃ VERDE</b> <b>Descrição:</b> Hortelã verde in natura.	80	MAÇO	R\$ 5,48	R\$ 438,40
116	<b>VAGEM MACARRÃO</b> <b>Descrição:</b> Vagem macarrão in natura.	30	KG	R\$ 25,36	R\$ 760,80
117	<b>ABOBORA CABOTIÃ</b> <b>Descrição:</b> Abobora cabotiã in natura.	15	KG	R\$ 5,31	R\$ 79,65
118	<b>AGRIÃO DA ÁGUA</b> <b>Descrição:</b> Agrião da água in natura.	100	MAÇO	R\$ 5,16	R\$ 516,00
119	<b>PEPINO JAPONÊS</b> <b>Descrição:</b> Pepino japonês in natura.	50	KG	R\$ 9,29	R\$ 464,50
120	<b>RÚCULA</b> <b>Descrição:</b> Rúcula gigante folha larga in natura.	100	MAÇO	R\$ 3,99	R\$ 399,00
121	<b>REPOLHO ROXO</b> <b>Descrição:</b> Repolho roxo in natura.	30	UNID	R\$ 9,78	R\$ 293,40
122	<b>PIMENTÃO VERDE</b> <b>Descrição:</b> Pimentão verde in natura.	20	KG	R\$ 10,02	R\$ 200,40
123	<b>RABANETE APOLO</b> <b>Descrição:</b> Rabanete apolo in natura.	20	KG	R\$ 9,10	R\$ 182,00
124	<b>BANANA PRATA</b>	350	KG	R\$ 10,02	R\$ 3.507,00
125	<b>LARANJA PERA</b>	600	KG	R\$ 4,69	R\$ 2.814,00

126	<b>MAÇÃ FUJI</b>	100	KG	R\$ 10,15	R\$ 1.015,00
127	<b>ABACATE MANTEIGA</b>	15	KG	R\$ 10,39	R\$ 155,85
128	<b>MORANGO</b> <b>Descrição:</b> Morango in natura, bandeja de 250g aproximadamente.	300	BANDEJA	R\$ 20,37	R\$ 6.111,00
129	<b>ABACAXI PÉROLA</b>	200	UNID	R\$ 7,28	R\$ 1.456,00
130	<b>UVA THOMPSON</b> <b>Descrição:</b> Uva thompson, sem sementes, verdes, in natura, bandeja de 250g aproximadamente.	200	BANDEJA	R\$ 12,88	R\$ 2.576,00
131	<b>MAMÃO FORMOSA</b>	30	KG	R\$ 6,41	R\$ 192,30
132	<b>LIMÃO TAITI</b>	80	KG	R\$ 5,93	R\$ 474,40
133	<b>MELANCIA MÉDIA</b> <b>Descrição:</b> Melancia de polpa vermelha/tradicional.	250	KG	R\$ 3,73	R\$ 932,50
134	<b>MELÃO AMARELO</b>	150	KG	R\$ 5,90	R\$ 885,00
135	<b>AMEIXA ROXA</b>	100	KG	R\$ 23,37	R\$ 2.337,00

136	KIWI	100	KG	R\$ 24,88	R\$ 2.488,00
137	MARACUJÁ AZEDO	250	KG	R\$ 9,61	R\$ 2.402,50
138	GOIABA VERMELHA	100	KG	R\$ 8,30	R\$ 830,00
139	PÊRA ARGENTINA	200	KG	R\$ 12,67	R\$ 2.534,00
140	POKAN	80	KG	R\$ 6,75	R\$ 540,00
141	MANGA TOMMY	200	KG	R\$ 10,04	R\$ 2.008,00
142	<b>PÊSSEGO</b> Descrição: Pêssego de polpa mole.	150	KG	R\$ 26,49	R\$ 3.973,50
<b>TOTAL: R\$ 60.169,70</b>					

### 1.2.3. Lote 3 – Pedido de Compra nº 21134/2025 – Projeto 221

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
143	<b>MUSSARELA</b> Descrição: Peça de mussarela, de leite pasteurizado, cloreto de sódio, cloreto de cálcio, fermento láctico e coagulante, embalagem de 4kg. Similar ou superior à marca Piracanjuba (sem amido).	80	PEÇA	R\$ 188,88	R\$ 15.110,40

<b>144</b>	<b>PRESUNTO</b> <b>Descrição:</b> Peça de presunto cozido, sem capa de gordura, embalagem de 3,4kg. Similar ou superior à marca Sadia.	24	PEÇA	R\$ 143,13	R\$ 3.435,12
<b>145</b>	<b>MARGARINA 0% LACTOSE</b> <b>Descrição:</b> Margarina zero lactose, embalagem de 500g. Similar ou superior à marca Qually.	200	UNID	R\$ 14,26	R\$ 2.852,00
<b>146</b>	<b>REQUEIJÃO 0% LACTOSE</b> <b>Descrição:</b> Requeijão zero lactose, cremoso, reduzido em calorias, para dietas com restrição de lactose, embalagem de 220g. Similar ou superior à marca Itambé.	150	UNID	R\$ 11,72	R\$ 1.758,00
<b>147</b>	<b>REQUEIJÃO CREMOSO</b> <b>Descrição:</b> Requeijão cremoso catupiry, original, ideal para recheios e coberturas, embalagem sache de 1,5kg. Similar ou superior à marca Catupiry.	15	UNID	R\$ 51,60	R\$ 774,00
<b>148</b>	<b>IOGURTE NATURAL</b> <b>Descrição:</b> Iogurte natural integral, embalagem de 170g. Similar ou superior à marca Nestlé.	200	UNID	R\$ 5,02	R\$ 1.004,00
<b>149</b>	<b>AÇAÍ NATURAL</b> <b>Descrição:</b> Açaí natural tradicional, com guaraná, embalagem de 1,5 litro. Similar ou superior à marca Polpa Norte.	12	UNID	R\$ 44,98	R\$ 539,76
<b>150</b>	<b>POLPA DE MORANGO</b> <b>Descrição:</b> Polpa de morango congelada, 100% da polpa, embalagem de 100g. Similar ou superior à marca Polpa Norte.	450	UNID	R\$ 4,91	R\$ 2.209,50
<b>151</b>	<b>POLPA DE UVA</b>	450	UNID	R\$ 5,48	R\$ 2.466,00

	<b>Descrição:</b> Polpa de uva congelada, 100% de polpa de uva, embalagem de 100g. Similar ou superior à marca Polpa Norte.				
<b>152</b>	<b>POLPA DE ACEROLA</b> <b>Descrição:</b> Polpa de acerola congelada, 100% de polpa e vegetal, embalagem de 100g. Similar ou superior à marca Polpa Norte.	450	UNID	R\$ 4,89	R\$ 2.200,50
<b>153</b>	<b>POLPA DE CAJU</b> <b>Descrição:</b> Polpa de caju congelada, 100% de polpa de caju, embalagem de 100g. Similar ou superior à marca Polpa Norte.	450	UNID	R\$ 4,91	R\$ 2.209,50
<b>154</b>	<b>POLPA DE GOIABA</b> <b>Descrição:</b> Polpa de goiaba congelada, 100% de polpa de goiaba, embalagem de 100g. Similar ou superior à marca Polpa Norte.	450	UNID	R\$ 4,78	R\$ 2.151,00
<b>155</b>	<b>POLPA DE ABACAXI COM HORTELÃ</b> <b>Descrição:</b> Polpa de abacaxi com hortelã congelada, 100% de polpa vegetal, embalagem de 100g. Similar ou superior à marca Polpa Norte.	450	UNID	R\$ 4,87	R\$ 2.191,50
<b>156</b>	<b>MASSA PARA PASTEL ROLO</b> <b>Descrição:</b> Massa fresca para pastel, pacote de 1kg. Similar ou superior à marca Pastel d'Ouro.	80	UNID	R\$ 15,63	R\$ 1.250,40
<b>157</b>	<b>MASSA FOLHADA</b> <b>Descrição:</b> Massa folhada laminada congelada, leve, embalagem de 1kg. Similar ou superior à marca Massa Leve.	40	UNID	R\$ 37,13	R\$ 1.485,20
<b>TOTAL: R\$ 41.636,88</b>					

1.2.4. Lote 4 – Pedido de Compra nº 21118/2025 – Projeto 221

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
158	<b>CARNE MOÍDA</b> <b>Descrição:</b> Carne moída, similar ou superior a patinho, in natura, sem nervos, magra e separada em pacotes de 5kg.	200	KG	R\$ 44,15	R\$ 8.830,00
159	<b>CARNE EM ISCA</b> <b>Descrição:</b> Carne em isca, similar ou superior a coxão mole, in natura, sem nervos, magra e separadas em pacotes de 5kg.	200	KG	R\$ 46,69	R\$ 9.338,00
160	<b>CARNE EM CUBO</b> <b>Descrição:</b> Carne em cubos, similar ou superior a patinho, in natura, magra, sem nervos e separadas em pacotes de 5kg.	200	KG	R\$ 48,50	R\$ 9.700,00
161	<b>CARNE EM PEÇA</b> <b>Descrição:</b> Carne em peça inteira, similar ou superior a ponta de costela, limpa (sem sebo), in natura.	224	KG	R\$ 51,15	R\$ 11.457,60
162	<b>BIFE</b> <b>Descrição:</b> Carne em bife, similar ou superior a alcatra, in natura, magra, cortes finos (5mm), sem nervos e em pacotes de 5kg.	200	KG	R\$ 50,35	R\$ 10.070,00
163	<b>PEITO DE FRANGO</b> <b>Descrição:</b> Peito de frango sem osso filé de sasami, embalagem de 1kg. Similar ou superior à marca Copacol, congelado.	216	KG	R\$ 20,44	R\$ 4.415,04
164	<b>COXINHA DA ASA</b>	250	KG	R\$ 20,61	R\$ 5.152,50

	<b>Descrição:</b> Coxinha da asa, em embalagem de 800g. Similar ou superior à marca Copacol, congelado.				
<b>165</b>	<b>FILÉ DE TILÁPIA</b> <b>Descrição:</b> File de tilápia, sem pele, congelado, embalagem de 400g. Similar ou superior à marca Belo.	150	PACOTE	R\$ 24,15	R\$ 3.622,50
<b>166</b>	<b>BACON</b> <b>Descrição:</b> Manta de bacon defumado de aproximadamente 4kg, baixa gordura.	25	KG	R\$ 63,27	R\$ 1.581,75
<b>167</b>	<b>CALABRESA</b> <b>Descrição:</b> Linguiça de calabresa defumada, embalagem de 2,5kg. Similar ou superior à marca Perdigão.	13	PACOTE	R\$ 65,32	R\$ 849,16
<b>TOTAL: R\$ 65.016,55</b>					
<b>VALOR GLOBAL: R\$ 252.937,38</b>					

- 1.3. O custo estimado total da presente aquisição é de **R\$ 252.937,38 (duzentos e cinquenta e dois mil, novecentos e trinta e sete reais e trinta e oito centavos)**, conforme tabela acima.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados da assinatura da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, observado o período de vigência do Projeto, cujo encerramento está previsto para o dia 08 de maio de 2026.
- 1.5. Este Termo de Referência constitui documento necessário para a contratação de bens e contempla os parâmetros e descritivos estabelecidos no inciso XXIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.
- 1.6. O objeto desta aquisição não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.7. Os itens desta aquisição são caracterizados como comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei n. 14.133/2021.

## **2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO**

- 2.1. A Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (FAPEC) desempenha um papel crucial no apoio

aos projetos de ensino, pesquisa, extensão e no desenvolvimento institucional, científico e tecnológico. Com o propósito de atender às demandas desses projetos, especialmente ao projeto de extensão referente ao *UFMS-Convênio nº 08/2022 - DETRAN-MS-Convênio nº 31.709/2022-“Programa Trânsito entre Educação e Cidadania - Uma Parceria Institucional Detran-UFMS para a Educação da Infância” (Projeto 221)*, a FAPEC necessita realizar a aquisição de material de consumo, mais especificamente de gêneros alimentícios. Tal medida visa garantir todas as condições de qualidade e eficiência necessárias para a continuidade das atividades do referido projeto, otimizando ao mesmo tempo os recursos financeiros disponíveis.

2.2. A aquisição está direcionada ao atendimento da **Meta 1: “Organização do Espaço Físico”** e **Etapa: “Aquisição de Alimentos”**, conforme indicado no pedido de compra no sistema conveniar pelo solicitante.

2.3. Destaca-se que a necessidade da aquisição se destina ao uso nas formações que estão devidamente alinhadas ao Plano de Trabalho firmado, estando previstas as despesas de custeio necessárias à consecução de seu objetivo geral, que é ofertar educação infantil de qualidade para crianças de seis meses até seis anos, filhas/os de servidores do DETRAN-MS.

### **3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

3.1. Trata-se da aquisição de material de consumo, mais especificamente de gêneros alimentícios, **em perfeitas condições de conservação e qualidade, produzidos a partir de matéria-prima adequada, livres de contaminações e resíduos indesejados, não se admitindo produtos reprocessados, deteriorados ou que não atendam aos padrões mínimos de qualidade necessários** para atender às demandas do UFMS-Convênio nº 08/2022 - DETRAN-MS-Convênio nº 31.709/2022.

3.2. Salienta-se que o valor total estimado para esta aquisição é de **RS 252.937,38 (duzentos e cinquenta e dois mil, novecentos e trinta e sete reais e trinta e oito centavos)**. Diante desta circunstância, a modalidade de **pregão eletrônico** se mostra a mais adequada, utilizando o critério de julgamento pelo **“menor preço por lote”**, conforme as disposições da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73, de 2022.

3.2.1. Cumpre destacar que, em exercícios anteriores, foram realizados procedimentos licitatórios com objeto similar ao ora proposto, os quais tramitaram sob os nº PE 30/2023 e 27/2024, adotando-se o critério de julgamento por menor preço por item. Todavia, visando otimizar a logística de fornecimento, reduzir riscos de descontinuidade e facilitar a gestão contratual, optou-se, nesta oportunidade, pela adoção do critério de menor preço por lote, medida que assegura maior eficiência na execução do objeto e se mostra imprescindível para o bom andamento das atividades previstas no Projeto.

3.3. Este procedimento está alinhado com a natureza do objeto, assegurando a conformidade e transparência do processo licitatório, possibilitando uma competição saudável entre os potenciais fornecedores e garantindo o melhor custo-benefício para a Administração Pública.

#### **4. DOS REQUISITOS DA AQUISIÇÃO**

##### **Sustentabilidade**

4.1. A aquisição deverá considerar características ou componentes sustentáveis sempre que possível, além de pautar-se no uso racional de recursos e equipamentos, a fim de evitar o desperdício e prevenir a geração excessiva de resíduos, em conformidade com as diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela FAPEC.

##### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2. Na presente aquisição será admitida a indicação de marcas, características e modelos como referência para a melhor compreensão e identificação dos bens licitados, com fulcro no art. 41, inciso I, alínea “d”, da Lei n. 14.133/2021.

##### **Subcontratação**

4.3. Não será admitida a subcontratação.

##### **Garantia da contratação**

4.4. Não haverá exigência de garantia contratual, uma vez que a presente aquisição contempla itens de baixa complexidade e pequeno valor, a serem fornecidos de forma semanal.

#### **5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. Os materiais deverão ser fornecidos **semanalmente**, entregues dentro do prazo de **02 (dois) dias** contados do recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) emitida pelo Setor de Licitações da FAPEC.

5.1.1. Previamente à emissão da AF, a Coordenação do Projeto deverá encaminhar, com antecedência mínima de **03 (três) dias**, a relação dos itens a serem entregues.

5.2. Os itens deverão ser entregues no seguinte endereço:

**Local de Entrega:** Rodovia MS-80, Km 10, s/n, Saída Rochedo, Campo Grande/MS – CEP: 79100-000.

**Tel.:** (67) 3368-0192.

**Observação de Entrega:** CEI/DETRAN, de segunda a sexta-feira, das 7h às 16h.

Aurélio: (67) 99996-2275.

César: (67) 98115-5042.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Ao aceitar a incumbência, o FORNECEDOR compromete-se com as obrigações de disponibilização previstas neste Termo de Referência.

## **6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila após comunicação da contratante.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o fornecedor devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.6.1. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.6.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.9. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## **7. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **Modalidade e critério de julgamento**

7.1. O fornecedor será selecionado, por meio de realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob forma eletrônica, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR LOTE.

### **Exigências de habilitação**

7.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

7.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa contratada e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.2.2. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.2.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.2.4. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

7.2.5. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.2.6. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

7.2.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.2.8. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.2.9. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

#### **Habilitação Jurídica**

7.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

7.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitações fiscal, social e trabalhista**

7.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.10. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

7.11. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.12. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.14.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.15. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

7.17. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

7.18. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

7.19. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

7.20. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

7.21. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

7.22. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

7.23. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

7.24. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **Qualificação Técnica**

Havendo necessidade de comprovação técnica, a partir do requerimento do Coordenador do Projeto, poderão ser solicitados documentos das empresas que apresentaram propostas:

7.25. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da

apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7.25.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

7.25.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.25.3. A contratada deverá demonstrar que suas atividades econômicas estão de acordo com a natureza do objeto social, conforme registrado em seu contrato social ou estatuto, devidamente atualizado na junta comercial, devendo, também, ser compatível com o objeto deste Termo de Referência.

7.26. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

7.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

7.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

7.26.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

7.26.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

7.26.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

7.26.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

7.26.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

7.27. A contratada deverá demonstrar que suas atividades econômicas estão de acordo com a natureza do objeto social, conforme registrado em seu contrato social ou estatuto, devidamente atualizado na junta comercial, devendo, também, ser compatível com o objeto deste Termo de Referência.

## **8. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, procedendo-se às observações, se necessário.

8.2. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 03 (três) dias, a contar da notificação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

8.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.9.1. O prazo de validade;

8.9.2. A data da emissão;

8.9.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

8.9.4. O período respectivo de execução do contrato;

8.9.5. O valor a pagar; e

8.9.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da

contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

8.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

8.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

8.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

8.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.23. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de crédito**

8.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.25. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

8.26. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da contratada (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL01, de 18 de maio de 2020.

8.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

8.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da contratada.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DA FAPEC**

9.1. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências deste Termo de Referência.

9.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA, com relação ao objeto deste Termo de Referência.

9.3. Fornecer, antecipadamente, todas as informações necessárias para a boa execução do objeto deste Termo de Referência.

9.4. Acompanhar e fiscalizar a execução das condições acordadas por meio de um representante especialmente designado.

9.5. Notificar, por escrito, ao fornecedor, ocorrência de eventuais imperfeições ou falhas do objeto, fixando prazo para a sua correção.

9.6. Não permitir execução de tarefas em desacordo com as normas preestabelecidas.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

10.1. Realizar a entrega dos itens dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, observados, especialmente, os endereços, dias e horários fixados neste Termo de Referência.

10.2. Entregar os materiais dentro do prazo estipulado, garantindo que não haja atrasos que possam prejudicar a continuidade do projeto.

10.3. Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições de conservação e qualidade, produzidos a partir de matéria-prima adequada, livres de contaminações e resíduos indesejados, não se admitindo produtos reprocessados, deteriorados ou que não atendam aos padrões mínimos de qualidade necessários.

10.4. Garantir que os itens atendam a todas as especificações técnicas exigidas, além de propriedades nutricionais que atendam às necessidades previstas para o uso pretendido.

10.5. Responsabilizar-se pelo transporte e entrega dos produtos no local designado, assegurando que sejam mantidas as condições ideais de higiene, temperatura e conservação durante todo o trajeto, de modo a garantir que cheguem em perfeitas condições para o uso e consumo.

10.6. Os itens deverão ter validade de pelo menos 12 (doze) meses no ato da entrega.

10.7. Substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 03 (três) dias, o produto que não atenda às especificações deste Termo de Referência.

10.8. Acondicionar os materiais objeto deste Termo de Referência obrigatoriamente em embalagens de boa qualidade, não danificadas, originais da linha de fabricação de cada empresa, sendo vedada a utilização de etiquetas por parte da empresa fornecedora.

10.9. Deverão estar impressas em cada embalagem, conforme o caso, as seguintes informações:

10.9.1. Especificações do material, marca, peso líquido, data de fabricação e vencimento ou período de validade.

10.9.2. Registro no órgão competente, devidamente atualizado.

10.9.3. Registro no Ministério da Saúde, se aplicável.

10.9.4. Número de telefone para atendimento ao consumidor (SAC).

10.10. O FORNECEDOR não poderá transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

10.11.O FORNECEDOR deverá indicar endereço eletrônico (e-mail) para o recebimento de expedientes/notificações enviadas pela FAPEC.

10.12.O FORNECEDOR deverá aceitar como válidos todos os expedientes enviados por e-mail ao endereço eletrônico indicado pelo fornecedor.

**10.13.O FORNECEDOR deverá arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, inclusive, taxas e tributos (DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA DE ICMS), frete (custos e logística de transporte) entre outras, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à FAPEC.**

10.13.1. Dentro das despesas arcadas pelo fornecedor incluem-se as relacionadas ao frete, englobando o deslocamento e a logística de entrega.

10.14.O FORNECEDOR deverá respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da FAPEC, quando necessário.

10.15.O FORNECEDOR deverá comunicar à FAPEC qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento dos materiais e prestar os esclarecimentos cabíveis.

10.16.O FORNECEDOR responsabilizar-se-á pelos atrasos e/ou prejuízos causados à FAPEC decorrentes da paralisação parcial ou total, bem como da morosidade na entrega dos materiais que compõem o presente objeto.

10.17.O FORNECEDOR deverá manter-se durante todo o contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência.

## **11. DAS NORMAS TÉCNICAS**

11.1. A aquisição deverá obedecer a todas as normas atinentes ao objeto, existentes ou que venham a ser editadas, mais especificamente às seguintes:

11.1.1. Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e suas regulamentações.

11.1.2. Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e suas regulamentações.

11.1.3. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e suas regulamentações.

11.1.4. Prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem dos materiais.

11.1.5. Normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT, do INMETRO e da ANVISA.

## **12. DA ALTERAÇÃO DO VALOR DA AQUISIÇÃO**

12.1. Em conformidade com o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021, eventuais acréscimos ou supressões unilaterais por parte da FAPEC ficam limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da aquisição, aceitando o fornecedor referida disposição.

12.2. Caso seja necessária uma alteração em percentual superior ao mencionado, a FAPEC, em conjunto com o coordenador do projeto apoiado, realizará uma análise de viabilidade, considerando o posicionamento do fornecedor.

### **13. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA AQUISIÇÃO**

13.1. O custo estimado total da aquisição é de **R\$ 252.937,38 (duzentos e cinquenta e dois mil, novecentos e trinta e sete reais e trinta e oito centavos)**, conforme os custos unitários especificados na tabela prevista neste Termo de Referência.

13.2. Os valores médios foram obtidos a partir de ampla pesquisa de preços realizada nos autos do respectivo processo administrativo, de acordo com as diretrizes da IN nº 65/2021.

### **14. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no *UFMS-Convênio nº 08/2022 - DETRAN-MS-Convênio nº 31.709/2022-“Programa Trânsito entre Educação e Cidadania - Uma Parceria Institucional Detran-UFMS para a Educação da Infância” (Projeto 221)*, disposto na **rubrica “Material de Consumo Nacional”**, especificamente na **sub-rubrica “Gêneros de Alimentação”**.

Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 25 de julho de 2025.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** LUANNA DE SÁ ARAÚJO  
Data: 25/07/2025 12:10:42-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**LUANNA DE SÁ ARAÚJO**

Analista da Fase Preparatória

## ANEXO II

### **MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 000/2025**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.026/2025**

#### **Processo Administrativo nº 000.234/2025**

A Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e a Cultura – FAPEC, sediada na Rua Goiás, nº 587, Jardim dos Estados, CEP: 79.020-100, Campo Grande/MS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.513.690/0001-50, neste ato representada por seu Diretor-Presidente \_\_\_\_\_, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS, referente ao processo administrativo em epígrafe, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto nº 11.462, de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

### **1. DO OBJETO**

1.1. A presente ATA tem por objeto o registro de preços para a contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios, conforme as especificações constantes no Edital do Pregão Eletrônico Nº 000/2025 e seus anexos.

### **2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

---

---

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### **3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

#### **4. DA VALIDADE DA ATA**

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

#### **5. DA REVISÃO E CANCELAMENTO**

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. Por razão de interesse público; ou

5.9.2. A pedido do fornecedor.

## **6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da FAPEC e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I, do regente Edital.

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

7.1. São obrigações da FORNECEDORA/CONTRATADA:

7.1.1. A entrega dos produtos será efetuada conforme descrito nesta Ata, acompanhado das respectivas notas fiscais, após a confirmação por meio de emissão de Ordem de Compra, sendo despesas por conta do fornecedor;

7.1.2. Responder pelos vícios dos produtos e assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes da aquisição e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE na execução do contrato;

7.1.3. Substituir às suas expensas, no prazo de até 03 (três) dias após o recebimento da notificação expedida pela CONTRATANTE, o(s) produto(s), caso se constate avaria, defeitos ou em desacordo com as especificações do Edital e desta Ata, dentre outros;

7.1.4. O transporte dos produtos deve seguir às normas adequadas relativas às embalagens, volumes e outros;

7.1.5. Manter atualizado seus dados cadastrais junto à CONTRATANTE para comunicações, informando imediatamente eventual alteração;

7.1.6. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta ATA.

7.2. São obrigações da CONTRATANTE:

7.2.1. Encaminhar ordem de compra à CONTRATADA, por e-mail e/ou telefone, com antecedência de **03 (três) dias**, informando a quantidade necessária do(s) produto(s);

7.2.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

7.2.3. Promover o pagamento na forma e nos prazos pactuados.

## **8. DAS PENALIDADES**

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital e seus anexos.

8.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º, do Decreto nº 10.024/2019.

8.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inciso XIV, do Decreto nº 11.462/2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, parágrafo único, do Decreto nº 11.462/2023).

8.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 28 do Decreto nº 11.462/2023, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **9. DAS CONDIÇÕES GERAIS**

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência anexo ao edital.

9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021, nos termos do art. 23 do Decreto nº 11.462/2023.

9.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 18, inciso II, alínea “a”, do Decreto nº 11.462/2023.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Campo Grande/MS, data.

---

**FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E À CULTURA – FAPEC**  
Nome  
Diretor-Presidente

---

**NOME DA EMPRESA**  
Nome Representante Legal

**ANEXO III**  
**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

**AQUISIÇÃO**

**Processo Administrativo nº 000.234/2025**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 000 QUE  
FAZEM ENTRE SI A FUNDAÇÃO DE APOIO À  
PESQUISA, AO ENSINO E À CULTURA –  
FAPEC** **E**

.....

A **FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E À CULTURA – FAPEC**, entidade sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.513.690/0001-50, com sede e foro na cidade de Campo Grande/MS, na Rua Goiás, nº 587, Jardim dos Estados, CEP: 79.020-100, neste ato representado (a) pelo (a) ..... (cargo e nome), doravante denominado CONTRATANTE, e o (a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 000, sediado (a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado (a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 000.234/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Pregão Eletrônico n. 90.026/2025*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de gêneros alimentícios, para atender às demandas do *Projeto 221-UFMS-Convênio nº 08/2022 - DETRAN-MS-Convênio nº 31.709/2022-“Programa Trânsito entre Educação e Cidadania - Uma Parceria Institucional Detran-UFMS para a Educação da Infância”*, sob a Coordenação da Prof.<sup>a</sup> Ordália Alves de Almeida, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e neste contrato.

1.2. Objeto da contratação:

1.2.1 Pedido de Compra nº /2025 – Projeto 221

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.	... Descrição: ...		.	R\$	R\$
<b>TOTAL: R\$</b>					

1.2.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.3 O Termo de Referência;

1.2.4 Edital da Licitação;

1.2.5 Proposta da Contratada;

1.2.6 Eventuais anexos divulgados no procedimento eletrônico.

## **2 CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados da assinatura do contrato ou da emissão de instrumento equivalente, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, observado o período de vigência do Projeto, cujo encerramento está previsto para o dia 08 de maio de 2026.

## **3 CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1 Os materiais deverão ser fornecidos **semanalmente**, entregues dentro do prazo de **02 (dois) dias** contados do recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) emitida pelo Setor de Licitações da FAPEC.

3.1.1 Previamente à emissão da AF, a Coordenação do Projeto deverá encaminhar, com antecedência mínima de **03 (três) dias**, a relação dos itens a serem entregues.

3.2 Os itens deverão ser entregues no seguinte endereço:

**Local de Entrega:** Rodovia MS-80, Km 10, s/n, Saída Rochedo, Campo Grande/MS – CEP: 79100-000.  
**Tel.:** (67) 3368-0192.

**Observação de Entrega:** CEI/DETRAN, de segunda a sexta-feira, das 7h às 16h.

Aurélio: (67) 99996-2275.

César: (67) 98115-5042.

3.3 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.4 Ao aceitar a incumbência, o FORNECEDOR compromete-se com as obrigações de disponibilização previstas neste Termo de Referência

#### **Garantia**

3.3 Não haverá exigência de garantia contratual para a presente contratação, por se tratar de bens comuns, bem como porque o pagamento somente ocorrerá após o aceite definitivo do objeto, com o ateste da Nota Fiscal, minimizando possíveis riscos para a Administração

#### **Modelo de Gestão de Contrato**

3.4 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.5 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila após comunicação da contratante.

3.6 O fornecedor será obrigado a substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato que não atenda às especificações do Termo de Referência.

3.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e o fornecedor devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.9 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para

execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis.

### **Fiscalização**

3.10 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

3.10.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

3.10.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

3.11 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

3.12 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

3.13 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

3.14 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

3.15 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## **4 CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **5 CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO**

5.1 O valor total da contratação é de R\$ 000 (...).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **6 CLÁUSULA SEXTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

6.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, procedendo-se às observações, se necessário.

6.1.1 Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 03 (três) dias, a contar da notificação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.1.2 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.1.3 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.1.4 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.1.5 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração

durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.1.6 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

6.2 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.3.1 O prazo de validade;

6.3.2 A data da emissão;

6.3.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;

6.3.4 O período respectivo de execução do contrato;

6.3.5 O valor a pagar; e

6.3.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

6.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

6.11 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

6.12 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

6.13 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

6.14 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.16 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.17 A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de

documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de crédito**

6.18 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

6.19 As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

6.20 A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

6.21 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da contratada (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL01, de 18 de maio de 2020.

6.22 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

6.23 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da contratada.

## **7 CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE**

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do (s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

7.5 Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).

7.6 Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8 CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos.

8.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.3 Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

8.4 Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato.

8.5 Cientificar o órgão de representação judicial da CONTRATANTE para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA.

8.6 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse a boa execução do ajuste.

8.7 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de um representante especialmente designado.

8.8 Notificar, por escrito, a CONTRATADA, ocorrência de eventuais falhas na qualidade do material entregue, fixando prazo para a sua substituição.

8.9 Proporcionar todas as facilidades, já no local da entrega, para que a CONTRATADA possa entregar o material dentro das normas estabelecidas.

8.10 Não permitir execução de tarefas em desacordo com as normas preestabelecidas.

8.11 A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9 CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.2 A CONTRATADA deve promover a entrega dos itens, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, observados, especialmente, o endereço, dias e horários fixados no Termo de Referência.

9.3 A CONTRATADA deve entregar os materiais dentro do prazo estipulado, garantindo que não haja atrasos que possam prejudicar a continuidade do projeto.

9.4 A CONTRATADA deve efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições de conservação e qualidade, produzidos a partir de matéria-prima adequada, livres de contaminações e resíduos indesejados, não se admitindo produtos reprocessados, deteriorados ou que não atendam aos padrões mínimos de qualidade necessários.

9.5 A CONTRATADA deve garantir que os itens atendam a todas as especificações técnicas exigidas, além de propriedades nutricionais que atendam às necessidades previstas para o uso pretendido.

9.6 A CONTRATADA deve responsabilizar-se pelo transporte e entrega dos produtos no local designado, assegurando que sejam mantidas as condições ideais de higiene, temperatura e conservação durante todo o trajeto, de modo a garantir que cheguem em perfeitas condições para o uso e consumo.

9.7 Os itens deverão ter validade de pelo menos 12 (doze) meses no ato da entrega.

9.8 A CONTRATADA deve substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 3 (três) dias, o produto que não atenda às especificações do Termo de Referência.

9.9 A CONTRATADA deve condicionar os materiais objeto do Termo de Referência, obrigatoriamente em embalagens de boa qualidade, não danificadas, originais da linha de fabricação de cada empresa, sendo vedada a utilização de etiquetas por parte da empresa fornecedora.

9.10 A CONTRATADA deve fornecer as embalagens contendo todas as informações exigidas pelo Código de Defesa do Consumidor e demais exigências impostas por órgãos oficiais competentes e deverão estar de acordo com a legislação vigente.

9.11 Deverão estar impressas em cada embalagem, conforme o caso, as seguintes informações:

9.11.1 Especificações do material, marca, peso líquido, data de fabricação e vencimento ou período de validade.

9.11.2 Registro no órgão competente, devidamente atualizado.

9.11.3 Registro no Ministério da Saúde, se aplicável.

9.11.4 Número de telefone para atendimento ao consumidor (SAC).

9.12 A CONTRATADA não poderá transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

9.13 A CONTRATADA deverá indicar endereço eletrônico (e-mail) para o recebimento de expedientes/notificações enviadas pela CONTRATANTE.

9.14 A CONTRATADA deverá aceitar como válidos todos os expedientes enviados por e-mail ao endereço eletrônico indicado pelo fornecedor.

9.15 **A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, inclusive, taxas e tributos (DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA DE ICMS), frete (custos e logística de transporte) entre outras, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à CONTRATANTE.**

9.15.1 Dentro das despesas arcadas pela contratada incluem-se as relacionadas ao frete, englobando o deslocamento e a logística de entrega.

9.16 A CONTRATADA deverá respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da CONTRATANTE, quando necessário.

9.17 A CONTRATADA responsabilizar-se pelos atrasos e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE decorrentes da paralisação parcial ou total, bem como da morosidade na entrega dos materiais que compõem o presente objeto.

9.18 A CONTRATADA deve atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.19 A CONTRATADA não poderá contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/ 2021.

9.20 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da entrega dos materiais, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da contratada; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.21 A CONTRATADA responsabilizar-se-á pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE.

9.22 A CONTRATADA deve comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique na entrega do objeto.

9.23 A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

9.24 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.25 A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

9.26 A CONTRATADA deve cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.

## **10 CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever da contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro

individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**I. Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**II. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**IV. Multa:**

- a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b) Moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- c) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a FAPEC a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- d) Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.1 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.4 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.7 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.8 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de

Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.10 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### **13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da contratada:

- a) Ficará constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

13.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3 Indenizações e multas.

13.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.6 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no *UFMS-Convênio n.º 08/2022 - DETRAN-MS-Convênio n.º 31.709/2022-“Programa Trânsito entre Educação e Cidadania - Uma Parceria Institucional Detran-UFMS para a Educação da Infância” (Projeto 221)*, disposto na **rubrica “Material de Consumo Nacional”**, especificamente na **sub-rubrica “Gêneros de Alimentação”**.

#### **15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1 Os casos omissos serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES**

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## **18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

18.1 Fica eleito o Foro da Justiça Comum de Mato Grosso do Sul – Comarca de Campo Grande para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Campo Grande/MS, data.

---

**FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E À CULTURA – FAPEC**

Marcos Vinicius da Cruz Coelho

Diretor-Presidente

Representante legal da CONTRATANTE

Minuta Contratual | Pregão Eletrônico nº 90.026/2025 | Página | 19 | 20

---

Representante legal do CONTRATADO

*TESTEMUNHA 1:*

*TESTEMUNHA 2:*